

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo 23-069 Data/Hora 29/03/2017 16:03:23

Responsável: *my*

REQUERIMENTO Nº 037. /2017 - SO

Requer ao Provedor do Hospital de Caridade, informações quanto a retomada do convênio IAMSPE no município.

Excelentíssimo Senhor

IAN FRANCISCO ZANIRATO SALOMÃO

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística
Paraguaçu Paulista

Os Vereadores que a este subscreve, nos termos regimentais, **REQUEREM** ao Provedor do Hospital de Caridade, Sr. Osnir Zancanaro, as seguintes informações:

- 1) O convênio com o IAMSPE encontra-se suspenso em nosso município?
- 2) Em caso afirmativo ao item 1, quais os motivos levaram a suspensão do convênio IAMSPE com a Santa Casa de Misericórdia de nosso município?
- 3) Os beneficiários deste convênio sofreram algum prejuízo no atendimento?
- 4) Há um prazo para a retomada do serviço? Se sim, qual o prazo e quem são os responsáveis por tal cumprimento?

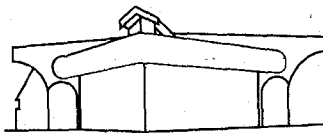
JUSTIFICATIVA

Este requerimento visa obter informações do Provedor do Hospital referentes ao convênio IAMSPE celebrado com a Santa Casa de Misericórdia.

Temos recebido nesta Augusta Casa de Leis, relatos de muitos munícipes servidores públicos, que representam significativa parcela de nossa população, quanto a suspensão deste importante convênio - IAMSPE, que é um plano de saúde voltado aos servidores e familiares, sendo descontado diretamente no holerite sua contribuição - 2% ao mês.

É sabido que o sistema público de saúde, apesar de ter melhorado substancialmente no país, possui muitas defasagens, motivo pelo qual muitos cidadãos optam por celebrar planos de saúde suplementar.

Neste sentido, compreendemos a preocupação dos munícipes quanto a suspensão deste importante convênio, que beneficia diretamente inúmeras famílias paraguaçuenses, que dependem do mesmo para garantir um melhor serviço de saúde.



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Compreendemos também que, sem o repasse estadual, a própria Santa Casa de Misericórdia sofre com a falta de receita, sendo necessário por vezes, racionalizar os recursos já tão escassos.

Tendo em vista a importância dessa instituição para a população e, devido ao fato de que recursos públicos municipais são mensalmente destinados ao hospital para manter parte de suas atividades, necessário se faz tal esclarecimento.

Por fim, na certeza de Vossa costumeira atenção, é o que requeremos.

Palácio Legislativo Água Grande, 29 de março de 2017.

VITOR BINI
Vereador

JUNIOR BAPTISTA
Vereador